

# Morro do Estado

***Autora: Lia Castanho***



Fotografias: Lia Castanho

## **1. Ocupação e Memória.**

A primeira ocupação significativa no território teria sido por grupos de cativos, que ali constituíram um quilombo, devido ao relevo do local. No início do século XX havia um profundo déficit imobiliário e o receio de que os trabalhadores ocupassem áreas de interesse do capital imobiliário. Deste modo, para sanar essa tensão urbana o Estado permitiu ocupação de alguns morros na cidade, entre eles o Morro do Estado. A apropriação consolidada do território deu-se pela construção de moradias e realizou-se no pós-Primeira Guerra, mas aconteceu principalmente na década de 1970 (FERREIRA, BRUNO et al., 2009, p.4). A política econômica da época traduzia-se em um alto custo de vida e concentração de renda, o que contribuiu para o crescimento de ocupações ilegais. Entre outros fatores, a construção da ponte Rio-Niterói (1968), que significou mais facilidade de locomoção e ofertas de empregos, e a migração do povo nordestino para o sudeste propiciou a acomodação da classe trabalhadora nesta área. A soma desses processos fomentou a ocupação em massa do local que hoje corresponde ao Morro do Estado localizado em bairros estratégicos para economia da cidade de Niterói, como Icaraí, Ingá e Centro, pois concentram ofertas de emprego.

A comunidade surge com barracos de madeira, pau a pique e papelão, a ocupação é feita de baixo para cima. Segundo relatos de antigos moradores, o Morro era perpassado por trilhas, não havia asfalto e muito menos distribuição de energia

elétrica, por isso, era denominado de “ Morro uma Luz na Escuridão”. Outro fator presente na memória e que perdura até os dias de hoje é a falta de abastecimento hídrico. No início da ocupação, os moradores tinham que buscar água no bairro de Icaraí e no local onde hoje encontra-se o campus do Valonguinho pertencente à Universidade Federal Fluminense. Eram utilizadas latas que eram transportadas por um sistema de balança. O relato desta prática vem acompanhado de uma forte sensação de cansaço, pois exigia-se muita força e o caminho era considerado longo.

A ocupação concedida e assegurada pelo Poder Público fez com que os moradores investissem na sua fixação no território, logo os barracos foram substituídos por alvenaria. Promovida a bairro no ano de 1986, a comunidade, de acordo com o censo de 2000, realizado pelo IBGE, e disponibilizado pelo site da prefeitura, conta com 3.811 habitantes. Já observando o censo de 2010, é possível perceber um crescimento: 4.073 habitantes. Entretanto, o processo de ocupação desenvolve-se até hoje e o Morro do Estado transformou-se em um complexo composto pelos morros do Arroz, Chácara e Estado, estes compostos por sub-regiões: C.P, C.D, Coccozal, Retão, Reta, Mangueira, Campo, Barreira, Trinta, Bomba, 24, entre outras.

Hoje o território dispõe de serviços oferecidos pelo poder público, como a UBS (Unidade Básica de Saúde) Dr. Mário Pardal, duas escolas e uma creche. Apresenta um forte comércio local, onde é possível encontrar uma área alimentícia bastante desenvolvida. O saneamento básico, a iluminação pública e a coleta de lixo, mesmo fornecidos, são precário. Com oferecimento insuficiente ou de baixa qualidade de políticas públicas de urbanização, a comunidade foi construída através da ação conjunta de moradores engendrando uma política já esperada do Estado, que se faz presente apenas com mecanismos de repressão.

## **2. Políticas Públicas e Interesses do Capital**

A ocupação pela população de baixa renda devido a lógica urbana capitalista gerou tensões. A desvalorização do centro da cidade, iniciada em 1975 pela fusão dos Estado do Rio de Janeiro da Guanabara, foi associada aos moradores e a formação do Morro do Estado (COELHO, 2015, p.3). Além disso, a região foi considerada uma Área de Especial Interesse Social (AEIS) pelo o Plano Diretor Municipal de Niterói (Lei nº 1157/1992), no governo do prefeito Jorge Roberto Silveira (PDT). Essa categoria corresponde a um local precário, porém com densa ocupação. Sendo assim, ao se

tornar AEIS é estabelecido como objetivo regularizar e mapear a expansão da ocupação, além de iniciar o processo de urbanização através de políticas públicas.

O bairro também foi cogitado em outro plano pela prefeitura em 2013, no governo de Rodrigo Neves: a Operação Urbano Consorciada (OUC) que tinha objetivo revitalizar o centro e conectá-lo a outras partes da cidade com a valorização do Caminho Niemeyer, o que acarretaria a sua valorização. Com o discurso de reestruturação urbana local a fim de melhorar a qualidade de vida dos moradores da região, a OUC levaria o aumento do custo de vida e especulação imobiliária gerando consequências na vida dos moradores da comunidade, podendo ocorrer remoções e o início do processo de gentrificação. O território do Morro do Estado era adequado ao interesse do capital.

### **3.A Presença da Educação Popular**

Dentro deste contexto de exclusão e segregação espacial, desenvolveram-se projetos sociais e culturais, como a Casa Reviver e o Rap School, que tecem uma narrativa contrária ao discurso hegemônico da favela como espaço da violência e tráfico de drogas. As ações destacam-se por se constituírem em iniciativas de moradores da própria comunidade e por se adequarem ao setor de educação popular. O Coletivo Rap School tem como objetivo trabalhar a cultura do Hip Hop nas favelas, possui caráter itinerante e ocupa diversos espaços da cidade, entretanto, se origina e se organiza no Morro do Estado. Suas atividades se relacionam com as características fundantes do Hip Hop, sendo assim, há formação e apresentações de Djs, mestres de cerimônia, dançarinos (BBoy e BGirl) e grafiteiros (SOUZA;GABRY, 2019,p.8). O coletivo organiza eventos em diversas praças e periferias do município, contudo, há uma regularidade das ocupações culturais na Praça da Cantareira e na Praça do Rink. O projeto estabelece conexões com o movimento estudantil e setores de esquerda (SOUZA;GABRY, 2019,p.10). Os mutirões culturais realizados pelo coletivo abordam questões vivenciadas no dia a dia da periferia niteroiense e questões políticas que afetam o cotidiano da cidade.

A Casa Reviver é um projeto com bases cristãs e atua no território a 14 anos, atende e acompanha diversas famílias promovendo ações educativas e atendimento social, além de eventos que englobam toda a comunidade. Entre as atividades oferecidas, podemos destacar as atividades socioeducativas diárias para crianças e adolescentes da comunidade, disponíveis na parte da tarde e da manhã atendendo

assim o contraturno escolar. O acompanhamento familiar é um dos pilares da instituição, sendo assim, há dois projetos que visam o acompanhamento de gestantes e a construção da maternidade: a Roda de Gestantes da Casa Reviver e o Maternando. A educação de jovens e adultos não é deixada de lado e também se faz presente com o Projeto Ler o Mundo que tem como objetivo desenvolver e incentivar a leitura e escrita. Localizado na comunidade na região popularmente chamada de C.P, a Casa Reviver atende em sua maioria famílias desta parte da território, contudo, percebe-se nos últimos anos uma expansão para outras localidades do Complexo do Morro do Estado. Em sua apresentação formal, a Casa denomina-se como núcleo de convivência e agente transformador, sendo orientada por um projeto pedagógico que visa incentivar a criatividade, a cidadania individual e coletiva, o senso crítico e a valorização cultural para o desenvolvimento social das famílias.

Os dois projetos apresentados fomentam a educação popular no território do Morro do Estado e ocupam até mesmo o lugar de políticas públicas que deveriam ser proporcionadas pelo Estado. Contudo, historicamente a favela é tratada socialmente como um problema, seu desenvolvimento não é interessante ao poder público que se faz presente apenas para oprimir e violentar os moradores através de diferentes estratégias, a precariedade de políticas públicas é uma delas. Deste modo, o desenvolvimento da educação popular é de extrema importância no cotidiano na vida dos moradores do Morro do Estado. Entretanto é importante ressaltar que esses projetos não conseguem atingir toda população da comunidade, dificultando assim qualquer possível mudança estrutural.

### **Metodologia**

É imprescindível descrever o processo de elaboração deste verbete, pois as fontes sobre o objeto estudado são escassas, constituindo-se em produções audiovisuais disponibilizadas na internet e estudos sobre urbanização e cultura. Sendo assim, algumas informações foram coletadas através de conversas informais e também pelo cotidiano vivenciado pela autora, voluntária da Casa Reviver, no Morro do Estado.

### **Bibliografia**

FERREIRA, BRUNO et al. Favela, Morro do Estado de Niterói, 2009. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/29233212/favela-morro-do-estado-de-niteroi>. Acesso em: 31 de outubro de 2020.

Favelas de Niterói. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Favelas\\_de\\_Niter%C3%B3i#sdfootnote14sym](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Favelas_de_Niter%C3%B3i#sdfootnote14sym) . Acessado em: 31 de outubro de 2020.

SOUZA, Rafael Carvalho. Análise de Intervenções de Mobilidade Urbana: Os Impactos Causados no Bairro Morro do Estado Niterói/ Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

PRODUÇÕES, MR. Documentário # Morro do Estado - Niterói. Realização: SESC. Ano: 2013 Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=kM6e8TmE9gg&ab\\_channel=MRProdu%C3%A7%C3%B5es](https://www.youtube.com/watch?v=kM6e8TmE9gg&ab_channel=MRProdu%C3%A7%C3%B5es).

CASA REVIVER. CASA REVIVER MORRO DO ESTADO Ano: 2013. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=qSSDR4hJl8c&ab\\_channel=CasaReviver](https://www.youtube.com/watch?v=qSSDR4hJl8c&ab_channel=CasaReviver)

COELHO, Margareth, FERNANDES, Janaina. Intervenções urbanas, identidade e apropriação do espaço em Niterói. 2015.

CUNHA, Victor Fraga. O Capitalismo E Sua Política De Venda De Cidades: O Caso De Niterói/Rj. 2015.

GABRY, Victor; CASTILHO, Marcio de Souza. A cultura como 'tática' nas batalhas de sentido : Reflexões sobre as práticas cotidianas de coletivos culturais na cidade de Niterói (RJ), 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcd/article/view/40220/30767>